

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1 – ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS DELITOS ASSOCIATIVOS	35
1.1. Origem dos delitos associativos	35
1.2. As razões da expansão legislativa do Direito penal.....	39
1.3. Os fundamentos da criminalização dos delitos associativos	42
1.4. O delito de associação criminosa no Código penal brasileiro. As diferenças em relação à organização criminosa e ao concurso de pessoas eventual	43
CAPÍTULO 2 – A LEGITIMIDADE DOS DELITOS ASSOCIATIVOS À LUZ DA DOGMÁTICA DO DIREITO PENAL	59
2.1. Os delitos associativos como abuso do direito fundamental de associação.....	59
2.2. Os delitos associativos como espécies de antecipação da tutela penal	62
2.3. Os delitos associativos como forma de proteção de bens jurídicos coletivos e a legitimação da arbitrariedade da criminalização ilimitada.....	92

2.4. A legislação simbólica como instrumento de tranquilização social.....	100
2.5. A investigação criminal como instrumento de controle preventivo.....	114
2.6. A dupla incidência penal	125
2.7. O bem jurídico protegido e o princípio da proporcionalidade	142
2.8. A responsabilidade penal por transferência <i>versus</i> Direito penal do fato.....	150

CAPÍTULO 3 – OS DELITOS ASSOCIATIVOS COMO MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO 157

3.1. Jakobs e a finalidade da pena e o Direito penal do inimigo.....	157
3.2. O tratamento jurídico diverso dado aos delitos associativos e a neutralização do inimigo como <i>ratio legis</i>	177
3.3. A associação de pessoas como fonte de perigo e o paralogismo da maior periculosidade de uma associação delituosa.....	184
3.4. A punição da finalidade do delito associativo e a proteção reflexa do bem jurídico.....	190
3.5. A neutralização do inimigo como forma de evitabilidade de danos futuros	196

CAPÍTULO 4 – A SOLUÇÃO DE LEGE FERENDA 201

4.1. Ineficácia da neutralização no modelo atual	201
4.2. A associação criminosa como circunstância agravante.....	236

CONCLUSÕES 271

BIBLIOGRAFIA 291